

Sarney lança plano para alfabetização

26 MAI 1985

Ao lançar, na próxima sexta-feira, o projeto "Educação Para Todos", o presidente José Sarney dará o chute inicial para a partida na qual, juntos, governo e sociedade enfrentarão um dos maiores desafios da Nova República: universalizar a educação básica e acabar com o analfabetismo. O discurso não é novo. A novidade deste plano de ação imediata, elaborado pelo Ministério da Educação, consiste na certeza de que a meta somente será atingida se houver "um pacto entre o Estado e a sociedade".

Trocando em miúdos, toda a comunidade deverá, a partir da campanha a ser deflagrada no segundo semestre, abrir mão do papel de mera espectadora e se aliar aos jogadores. Somente a partir desta união será possível reverter o atual quadro educacional brasileiro: 20 milhões de analfabetos — 1/4 da população com idade igual ou superior a 15 anos — e oito milhões de crianças, em idade escolar, que jamais tiveram acesso à escola ou dela se afastaram, antes de completar os quatro anos de estudos regulares.

O alvo do plano do ME não é, portanto, apenas a infância. Os autores do projeto definem educação básica "como aquela que venha a possibilitar a leitura, a escrita e compreensão da língua nacional, o domínio dos símbolos e operações matemáticas básicas, bem como o domínio dos códigos sociais e outras informações indispensáveis ao posicionamento crítico do indivíduo face à sua realidade". A compreensão extrapola os limites da ação meramente escolar e atinge uma dimensão política. Uma ênfase, aliás, que o ministro Marco Maciel vem dando a todas as suas ações, à frente do ME.

Ultimamente, ele se dedica a negociar com os ministros da área econômica recursos para a execução do projeto, que prevê a aplicação de Cr\$ 2,8 trilhões. Deste total, já estão alocados Cr\$ 900 bilhões, oriundos do Plano de Emergência. O governo tem cinco projetos para ação imediata, durante o (2º semestre). O primeiro deles é o aperfeiçoamento dos professores de educação básica, principalmente quanto ao

treinamento e qualificação dos professores leigos. Aí, será importante o papel do Projeto Rondon, cujos voluntários serão utilizados como monitores destes docentes.

O segundo projeto é a distribuição de livro e material didático aos alunos matriculados na rede pública. A Fundação de Assistência ao Estudante já definiu sua meta: até 1990, todos os 25.000 estudantes das escolas oficiais devem ter, no mínimo, um livro. No caso das regiões carentes mais carentes, dois livros para minimizar o desequilíbrio social. O mesmo número de crianças deverá ser atingido pelo terceiro projeto: fornecimento de merenda escolar, durante todo o período letivo.

O quarto projeto trata da expansão e recuperação da rede física, objetivando absorver a demanda por educação básica. O quinto — complementação salarial —, pretende elevar o limite equivalente ao salário mínimo, a todos os professores de educação básica, pela jornada de quatro horas.

MOBILIZAÇÃO

A tarefa mais difícil do ME será despertar a consciência nacional com relação à importância político-social da educação. Para isto, ele buscará adesão dos organismos estatais ao esforço de solucionar a questão educacional, descentralizando as decisões. Serão constituídas comissões municipais ou distritais, integradas por representantes das secretarias municipais de educação, câmara de vereadores, igrejas, associações docentes e discentes, sindicatos patronais e de operários, associações comunitárias e outros segmentos da sociedade.

A elas caberá a tarefa de subsidiar, permanentemente, as instituições educacionais quanto à decisão dos locais mais carentes e das maiores necessidades para acabar com a evasão escolar. Deveriam servir, ainda, de canal de informação entre a comunidade, a escola, os professores e os alunos, quanto aos recursos relacionados com a educação básica do município.